

# Perfil Socioeconômico dos Beneficiários Rurais do Programa Bolsa Família na Região Sul do Brasil\*

## Socioeconomic Profile of Rural Beneficiaries of the *Bolsa Família* Program in Southern Brazil

Carolina Braz de Castilho e Silva\*\*

Jonas Anderson Simões das Neves\*\*\*

Sérgio Schneider\*\*\*\*

Joacir Rufino de Aquino\*\*\*\*\*

João Ricardo Ferreira de Lima\*\*\*\*\*

**Resumo:** O Programa de Transferência de Renda Condicionada Bolsa Família (PBF) tem sido alvo de estudos e inspirado programas de combate à pobreza, dentro e fora do Brasil. Apesar disso, há poucos estudos para se compreender seus impactos e sua contribuição para o desenvolvimento rural, espaço onde se concentra grande parte da população pobre e extremamente pobre e onde há grande quantidade de beneficiários do PBF. Este artigo apresenta e analisa o perfil dos beneficiários rurais do PBF na região Sul do Brasil, em 2014. Utilizando dados oficiais do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o estudo indica que há similaridade entre os estados estudados e baixa disponibilidade de recursos para os beneficiários do PBF converterem em trabalho e renda, contribuindo para a continuidade do elevado nível de pobreza. Assim, a política de transferência de renda, isoladamente, tem sido insuficiente para a superação da pobreza, o que requer que sua execução esteja associada a outras ações e programas pautados pela perspectiva do desenvolvimento territorial rural.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Pobreza rural. Região Sul.

**Abstract:** The Bolsa Família Conditional Cash Transfer Program (PBF) has been the subject of studies and inspired anti-poverty programs, within and outside Brazil. Nevertheless, in rural areas, where there is the most part of the poor and extremely poor

\* Artigo apresentado na *Segunda Reunião Ibero-Americana de Socioeconomia*, ocorrida em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em novembro de 2015.

\*\* Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: carolinabcs@yahoo.com.br

\*\*\* Pós-doutor em Desenvolvimento Rural pela UFRGS. Professor da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: jonasanderson@ig.com.br

\*\*\*\* Doutor em Sociologia pela UFRGS/Université Paris X. Professor do Departamento de Sociologia da UFRGS. Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. E-mail: schneide@ufrgs.br

\*\*\*\*\* Mestre em Economia Rural e Regional pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: joaciraquino@yahoo.com.br

\*\*\*\*\* Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (Fapepe). Pesquisador A da Embrapa Semiárido. E-mail: joao.ricardo@embrapa.br

population and there are many PBF's beneficiaries, there are few studies to understand its impact and its contribution to rural development. This article presents and analyzes the profile of rural PBF's beneficiaries in southern Brazil in 2014. Using official data from the Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) of the Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) the article indicates that there is similarity between the studied states and low availability of resources that the PBF's beneficiaries may convert into work and income, maintaining them with a high level of poverty. Thus, the income transfer policy alone has been insufficient to overcome poverty, which requires that their implementation be associated with other activities and programs guided by the rural territorial development perspective.

**Keywords:** Bolsa Família Program. Rural poverty. Southern.

**JEL Classification:** I31; I38; O18.

## 1 Introdução

O Brasil tem apresentado, a partir do começo do século XXI, redução dos níveis de pobreza e de desigualdade social devido ao crescimento do emprego formal e ao estabelecimento de políticas públicas voltadas para esses fins. A principal ação brasileira nesse sentido é o Programa de Transferência de Renda Condicionada Bolsa Família (PBF), que fornece renda a famílias em situação de pobreza ou pobreza extrema, seja no campo ou na cidade.

O período entre 2001 e 2011 foi considerado “a década inclusiva”, uma vez que a renda da população mais pobre cresceu cerca de 90%, enquanto a da população mais rica aumentou 16%, diminuindo a desigualdade social, embora o Brasil ainda esteja entre os países mais desiguais do mundo (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2012). Esse movimento se deu, sobretudo, pelo aumento da renda do trabalho, enquanto os programas sociais vinculados ao Plano Brasil sem Miséria, tal como o PBF, ajudam a explicar o aumento da renda das crianças, que foi maior do que o observado entre os adultos.

No território brasileiro, levando em conta apenas o aspecto monetário, a pobreza e a pobreza extrema foram reduzidas para menos da metade do valor inicial. Em 2002, a pobreza extrema era de 8,81% e, em 2012, caiu para 3,55%, enquanto a pobreza atingia 24,26% da população, em 2002, tendo sido reduzida para 8,54% no ano de 2012 (BRASIL, 2014).

Segundo Neri *et al.* (2013), a redução da pobreza veio acompanhada de significativas dinâmicas de mobilidade social ascendente para os estratos mais pobres da população, sobretudo devido à valorização do salário mínimo acima da inflação, a ampliação da renda do trabalho, a maior formalização do mercado de trabalho e o aumento de repasses do PBF, gerando impacto na redução do índice de Gini.

Atentos a esse processo, muitos autores dedicaram-se a estudar o PBF, apontado-o como responsável, junto com o aumento da renda do trabalho, pela

queda na quantidade de pobres no país. Assim, surgiram diversos trabalhos, principalmente para analisar o cumprimento de condicionalidades escolares, o uso da renda obtida através do benefício para aquisição de alimentos e seu impacto na nutrição e saúde dos beneficiários, indicando resultados positivos nesse e em outros aspectos (DUARTE *et al.*, 2009; RABELO, 2011).

Apesar disso, poucos estudos se dedicaram a verificar as características das famílias dos beneficiários rurais do PBF, algo que poderia contribuir para compreender a sua condição de pobreza, para além do critério da renda monetária, e avançar na formulação de políticas que deem conta das necessidades específicas desse público, visando promover a transformação dos recursos disponíveis em inclusão sócio-produtiva e em futura independência.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar o perfil socioeconômico das famílias pobres e extremamente pobres atendidas pelo PBF no meio rural da região Sul do Brasil, uma vez que suas características foram pouco estudadas pela literatura até o momento. Além disso, esta investigação pode favorecer a formulação e adequação de políticas complementares ao programa para que as populações mais vulneráveis encontrem alternativas que lhes possibilitem superar a situação de pobreza, aumentando o desenvolvimento das regiões rurais.

Para cumprir o objetivo proposto, o texto apresenta dados secundários disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atualizados para dezembro de 2014 (BRASIL, 2015). Esses dados são relativos ao total de inscritos no cadastro único para projetos sociais do governo federal, o CadÚnico. A região Sul, objeto deste estudo, foi escolhida pelo reconhecimento de que é uma das áreas mais ricas do país, sendo formada pelos estados com mais altos índices de desenvolvimento na classificação nacional, mas que, contudo, possui mais de 971 mil famílias na condição de pobreza ou pobreza extrema e registra desigualdades internas marcantes, abrigando no meio rural uma parcela significativa de famílias pobres.

A estrutura deste trabalho está dividida em mais três seções, além desta introdução: a segunda seção discute os aspectos gerais do PBF, bem como alguns resultados dessa política governamental; a terceira seção apresenta, em um amplo conjunto de tabelas, as principais características da população atendida pelo programa nas áreas rurais dos estados sulinos; e a quarta, e última, traça as considerações finais.

## 2 O Programa Bolsa Família e os Avanços nos Indicadores Sociais

Nos últimos anos, alguns analistas têm procurado destacar o crescimento da mobilidade social no Brasil, com um incremento de 39,16% da classe C no período de 2004 até 2012 (BARUFI, 2012, p. 2). Neri *et al.* (2012, p. 14-15), usando como

parâmetro de análise o critério da renda monetária, afirmam que no período 2003-2009 houve um crescimento de 71,8% na classe média rural. Há consenso entre os estudiosos de que essas dinâmicas de mobilidade social observadas no país ao longo da primeira década do século XXI, com destaque para a ascensão das populações mais pobres até os estratos médios, em larga medida foram induzidas por ações governamentais, tais como a política de valorização real do salário mínimo, o incentivo ao consumo via redução de impostos e maior acesso ao crédito, assim como através de programas de redistribuição direta de renda.

Esses processos, que contribuíram com a ampliação de um estrato médio de renda, fazem com que o Brasil seja atualmente um dos poucos países no mundo que lograram o cumprimento das Metas do Milênio, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1996, que criaram compromissos de redução da pobreza até 2015. Por conta disso, o país goza de grande prestígio internacional e vem sendo destacado por sua experiência positiva em políticas de combate à pobreza e redução das desigualdades, sendo por isso apontado como uma referência e modelo a ser seguido.

Não é sem motivo a existência de um debate sobre a emergência da chamada “classe média” e sobre a interação entre programas sociais compensatórios e aqueles dedicados a promover o desenvolvimento, tais como os voltados para a qualificação dos trabalhadores, para a geração de renda e para o acesso ao crédito.

Autores como Castro *et al.* (2011) afirmam, ainda, que os programas sociais de transferência de renda, à semelhança do PBF, podem ser entendidos como estratégias de desenvolvimento, pois os recursos neles aplicados reverteram-se significativamente na elevação do PIB e na redução das desigualdades sociais do país ao longo da última década. Da mesma forma, Kerstenetzki (2009, p. 76) considera que essas políticas são estratégicas na definição dos custos de oportunidades, dado que os retornos futuros de investimentos atuais na população são superiores aos custos presentes.

Nesse sentido, é preciso destacar que o PBF foi criado objetivando promover a redução da pobreza e sua superação no médio e longo prazo, através da transferência de renda e da criação de oportunidades de inserção socioeconômica para as famílias beneficiárias. Ele surge a partir de outras experiências similares e pela unificação de outras ações do governo federal para auxílio das pessoas de baixa renda (são eles, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio Gás) para agilizar o processo de recebimento, diminuir a burocracia e melhor controlar a aplicação dos recursos (WEISSHEIMER, 2006).

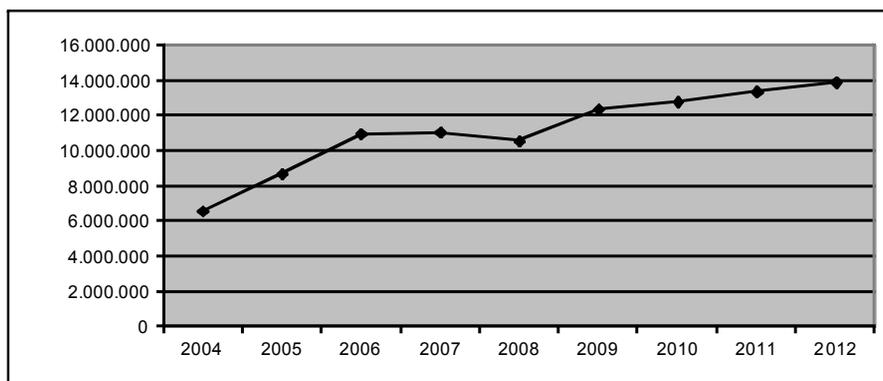
O funcionamento do PBF está dividido entre transferência de renda, compromissos assumidos pelos beneficiários, ou seja, as condicionalidades, e os programas complementares de capacitação, emissão de documentos, microcrédito, qua-

lidade de vida, cultura, entre outros. A execução do programa é descentralizada, o que é apontado como parte do seu êxito, merecendo destaque a criação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) e do Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGD-E) (RABELO, 2011).

O pagamento do benefício é direcionado para o responsável pela família, preferencialmente a mãe, e é feito através de um cartão magnético da Caixa Econômica Federal. O benefício básico é de R\$ 77,00, pago quando a renda *per capita* mensal da família não excede R\$ 77,00. Os benefícios variáveis são limitados a até cinco crianças (até 15 anos), nutrizes ou gestantes, no valor de R\$ 35,00 cada, e até dois adolescentes, no valor de R\$ 42,00, pagos para famílias com renda mensal *per capita* até R\$ 154,00. Se, ainda assim, a família persistir em situação de pobreza extrema, é pago o Benefício para Superação da Extrema Pobreza, calculado individualmente.

Os critérios de distribuição adotados têm contribuído para ampliar consideravelmente o grau de cobertura do PBF, conforme se pode observar no Gráfico 1. Em 2004, foram concedidos 6.571.839 benefícios do programa, valor que alcançou, em 2012, a cifra de 13.900.733 pessoas atendidas, representando uma taxa de crescimento de 111,5%.

Gráfico 1 - Evolução do número de benefícios do Bolsa Família no Brasil (2004-2012)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata (2014).

A literatura especializada tem destacado também o sucesso do programa em relação à frequência escolar das crianças, a aquisição de alimentos e o impacto do benefício na melhoria da nutrição e saúde dos beneficiários, entre outros aspectos (DUARTE *et al.*, 2009; RABELO, 2011), indicando que as condicionalidades do PBF têm repercutido positivamente sobre os beneficiários do Rio Grande do Sul (RÜCKERT; BORSATTO, 2009).

Em contrapartida, Favero (2011) demonstra que, no Território de Identidade Bacia do Jacuípe (TIBJ), no semiárido do Nordeste, com altos índices de pobreza, as transferências de renda impactam a dinâmica do mercado local e a vida cotidiana ao fornecerem dinheiro atrelado ao Estado, através de uma instituição bancária, e vinculado ao consumo, não ao trabalho.

Dessa forma, as políticas sociais conduzem a uma transformação dos campos de ação social e dos sistemas de representação. Novas relações verticais entre o indivíduo, a família e o Estado produzem deslocamentos na identidade, deixando de ser agricultor para ser beneficiário do PBF, deslocamentos na relação com as organizações sindicais e associações, utilizadas apenas para serviços de assistência do Estado, e deslocamentos de definição do território, ficando cada vez mais a cargo da renda, perdendo importância o trabalho e a produção (FAVERO, 2011).

Por outro lado, o PBF produz uma nova relação com o governo federal, na figura do presidente que “dá”, e com o governo municipal, que “tira” o benefício, invertendo a lógica de confiança nos políticos e na administração local. Assim, o agricultor familiar se transforma em um consumidor, afastado da produção, por meio da transferência de renda pública, tornando-se mais precário e dependente, através de uma inclusão social, econômica e política realizada por um processo de destruição de dignidade (FAVERO, 2011, p. 624).

Embora tais estudos forneçam informações relevantes para a compreensão do principal programa de transferência de renda brasileiro, como mencionado anteriormente, a relação do PBF com o desenvolvimento rural ainda precisa ser aprofundada, através do conhecimento do perfil dos seus beneficiários rurais. Isso porque a maior parte das pesquisas tem se concentrado em dados agregados, dedicando pouca atenção aos aspectos relacionados à localização da população atendida. Tal fato se verifica inclusive na região Sul, onde os estudos da temática rural assumem destaque no contexto nacional. Nesse sentido, visando contribuir com o debate sobre o tema, a próxima seção retrata a situação das famílias pobres nas áreas rurais dessa porção do território nacional.

### 3 Caracterização dos Beneficiários Rurais do Programa Bolsa Família na Região Sul do Brasil

A seguir são apresentados alguns indicadores socioeconômicos para os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e para o total da região Sul, de forma a conhecer a dimensão da população rural e daqueles que recebem o benefício do PBF. Além disso, são apresentadas as principais características desse público.

### 3.1 Participação da População Rural no Programa Bolsa Família nos Estados Sulinos

A região Sul do Brasil apresenta elevados indicadores socioeconômicos, no entanto possui também grande participação no PBF, inclusive no meio rural, onde se localiza, de acordo com o Censo 2010, 15,07% da população da região, ou mais de 4 milhões de pessoas (IBGE, 2015).

Os estados da região Sul, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2013), apresentam alto índice de desenvolvimento humano municipal e também figuram entre os primeiros na classificação entre os estados brasileiros, sendo que o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) mais elevado da região é o do estado de Santa Catarina.

A renda *per capita* da região Sul, em 2010, era de R\$ 944,68, sendo que Santa Catarina era o estado com a renda mais elevada e com menor quantidade de pobres (3,65%) e extremamente pobres (1,01%), enquanto no Rio Grande do Sul e no Paraná a quantidade de pobres (6,37% e 6,46% respectivamente) e extremamente pobres (1,98% e 1,96% respectivamente) era bastante similar (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013).

De acordo com as informações da Tabela 1, do total de famílias registradas no CadÚnico na região Sul, 31,31% recebem o benefício do PBF, o que corresponde a 971.117 famílias. Em relação aos estados, o Rio Grande do Sul é o que apresenta maior concentração de beneficiários (34,58%), enquanto Santa Catarina registra a menor quantidade de famílias atendidas (25,70%).

Tabela 1 – Distribuição das famílias cadastradas no CadÚnico e no Programa Bolsa Família nos estados da região Sul (dez. 2014)

UF	Famílias CadÚnico	Recebem PBF	%
	(A)	(B)	B/A
PR	1.322.357	403.158	30,49
RS	1.247.078	431.240	34,58
SC	531.956	136.719	25,70
<b>Sul</b>	<b>3.101.391</b>	<b>971.117</b>	<b>31,31</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015).

Quanto à localização das famílias que fazem parte do PBF, conforme pode ser observado na Tabela 2, apresentada na sequência, 20,78% estão no meio rural, enquanto 79,22% estão no meio urbano. A maior concentração relativa de beneficiários rurais está em Santa Catarina (23,87%), e o estado com menor quantidade de beneficiários rurais entre o público atendido em seu território é o Rio Grande do Sul (18,88%).

Tabela 2 – Distribuição das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, por localidade rural e urbana, nos estados da região Sul (dez. 2014)

UF	Total de famílias com PBF	Recebem PBF (urbano)		Recebem PBF (rural)	
		Nº de famílias	%	Nº de famílias	%
PR	403.158	315.373	78,23	87.785	21,77
RS	431.240	349.834	81,12	81.406	18,88
SC	136.719	104.079	76,13	32.640	23,87
<b>Sul</b>	<b>971.117</b>	<b>769.286</b>	<b>79,22</b>	<b>201.831</b>	<b>20,78</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015).

A distribuição das pessoas que recebem o benefício apresenta pouca diferença em relação à distribuição das famílias, uma vez que 21,62% encontram-se no meio rural e 78,38% no urbano. Da mesma forma, é em Santa Catarina que se encontra a maior quantidade de beneficiários rurais sobre o total (24,70%) e no Rio Grande do Sul a menor quantidade relativa (19,40%). Em termos absolutos, o universo de pessoas atendidas alcança aproximadamente 742 mil pessoas (ver Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição das pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por localidade rural e urbana, nos estados da região Sul (dez. 2014)

UF	Total de pessoas com PBF	Recebem PBF (urbano)		Recebem PBF (rural)	
		Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%
PR	1.449.088	1.119.265	77,24	329.823	22,76
RS	1.467.440	1.182.720	80,60	284.720	19,40
SC	515.678	388.331	75,30	127.347	24,70
<b>Sul</b>	<b>3.432.206</b>	<b>2.690.316</b>	<b>78,38</b>	<b>741.890</b>	<b>21,62</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015).

Para se ter uma ideia da representatividade dos números apresentados, a Tabela 4 indica a participação das pessoas beneficiárias em relação ao total da população dos três estados da região Sul. Conforme os dados, percebe-se que é no Paraná que há maior incidência de beneficiários rurais sobre a população total (3,16%) e sobre a população rural (21,53%). Embora o contingente de beneficiários rurais represente uma pequena parcela da população do sul (2,71%), quando se analisa somente a população rural, essa quantidade alcança os 17,98%.

Tabela 4 – Participação das pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família no meio rural na população (total e rural) nos estados da região Sul (dez. 2014)

UF	População total do Sul (2010)	População rural do Sul	Nº de beneficiários rurais do PBF	%	%
	(A)	(B)	(C)	C/A	C/B
PR	10.444.526	1.531.834	329.823	3,16	21,53
RS	10.693.929	1.593.638	284.720	2,66	17,87
SA	6.248.436	1.000.523	127.347	2,04	12,73
<b>Sul</b>	<b>27.386.891</b>	<b>4.125.995</b>	<b>741.890</b>	<b>2,71</b>	<b>17,98</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015).

Com efeito, constata-se que, mesmo na região Sul, considerada uma das áreas mais desenvolvidas do país, o PBF é importante. No meio rural, o referido programa abrange mais de 200 mil famílias, englobando um contingente que supera a marca de 740 mil pessoas, ou seja, 18% da população rural da região.

### 3.2 Perfil das Pessoas Beneficiárias do Bolsa Família nas Áreas Rurais

A população atendida pelo PBF apresenta características socioeconômicas que assumem contornos específicos nos estados sulinos. No que se refere à estratificação do público atendido no meio rural, a Tabela 5 indica que há pouca diferença entre o sexo masculino e feminino, tanto nos estados, quanto no total da região Sul, havendo pequena predominância de mulheres (51,21%).

Tabela 5 - Distribuição das pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família no meio rural, por sexo, nos estados da região Sul (dez. 2014)

UF	Total de pessoas com PBF	Masculino		Feminino	
		Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%
PR	329.823	161.976	49,11	167.847	50,89
RS	284.720	137.645	48,34	147.075	51,66
SC	127.347	62.346	48,96	65.001	51,04
<b>Sul</b>	<b>741.890</b>	<b>361.967</b>	<b>48,79</b>	<b>379.923</b>	<b>51,21</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015).

Em relação à estratificação por cor/raça, a predominância é de pessoas brancas (75,76%), seguidas por pardas (16,22%). O Paraná é o estado que apresenta a maior parcela de beneficiários identificados como pardos (22,27%) e a menor quantidade de brancos (71,99%), conforme os dados do Tabulador de Informações do CadÚnico (BRASIL, 2015).

A distribuição dos beneficiários do PBF conforme a faixa etária, indicada pela Tabela 6, demonstra que a maior frequência se encontra no grupo de crianças entre 7 e 15 anos, com 25,96% do total, enquanto os grupos com menor frequência são o de idosos entre 60 e 64 anos (1,26%) e o grupo acima de 65 anos (0,58%).

Essa distribuição se justifica pelas próprias características do programa, que privilegia lares com crianças. Em contrapartida, o baixo índice de idosos beneficiários se explica pela quase universalização do acesso ao sistema previdenciário, visto que o recebimento das aposentadorias tira os idosos e, muitas vezes, suas famílias da condição de pobreza, segundo os critérios estabelecidos pelas políticas sociais.

Tabela 6 – Distribuição percentual das pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família no meio rural, por faixa etária, nos estados da região Sul (dez. 2014)

UF	Faixa etária										
	0 a 6	7 a 15	16 a 17	18 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 ou mais
PR	14,13	25,84	5,60	10,67	13,52	14,83	5,92	4,65	2,95	1,29	0,60
RS	13,26	25,34	5,34	10,65	13,05	14,57	6,71	5,76	3,45	1,33	0,54
SC	14,20	27,63	5,87	10,06	12,88	14,52	6,02	4,60	2,57	1,04	0,60
<b>Sul</b>	<b>13,81</b>	<b>25,96</b>	<b>5,55</b>	<b>10,56</b>	<b>13,23</b>	<b>14,68</b>	<b>6,24</b>	<b>5,07</b>	<b>3,08</b>	<b>1,26</b>	<b>0,58</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015).

A maior parte dos beneficiários rurais do programa apresenta baixa ou nenhuma instrução. Conforme pode ser visualizado na Tabela 7, é praticamente nula a quantidade de beneficiários com nível superior incompleto ou acima, correspondendo a 0,21%, enquanto os que possuem ensino fundamental incompleto são 55,67% na região. Além disso, os que não tiveram instrução equivalem a 16,58%.

Tabela 7 – Distribuição percentual das pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família no meio rural, por escolaridade, nos estados da região Sul (dez. 2014)

UF	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto ou mais	Sem resposta
PR	16,80	54,52	7,68	5,91	5,29	0,19	9,60
RS	15,90	57,57	8,36	4,91	3,90	0,25	9,10
SC	17,54	54,37	9,18	4,79	4,28	0,18	9,66
<b>Sul</b>	<b>16,58</b>	<b>55,67</b>	<b>8,2</b>	<b>5,34</b>	<b>4,58</b>	<b>0,21</b>	<b>9,42</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015).

Em relação a esses dados, é importante lembrar que nesse percentual estão incluídas crianças que ainda não têm idade escolar ou estão cursando algum dos ciclos escolares. Por outro lado, se forem descontadas as crianças, resta uma grande quantidade de adultos com baixa escolaridade. É preciso considerar, portanto, que as condições de inserção no mercado de trabalho para essa população pouco escolarizada são precárias, visto que essa situação tende a ocorrer em ocupações informais e de baixa remuneração. Nesse sentido, destaca-se a importância de investir em projetos de inclusão produtiva e geração de renda capazes de viabilizar a

permanência dessa população no meio rural, onde possuem ainda a prerrogativa da produção para o autoconsumo.

Ainda no que concerne ao papel da educação, Santos *et al.* (2010) demonstram que existem diferenças relevantes de entrada no mercado e de rendimento entre homens e mulheres, uma vez que os homens ganham mais do que as mulheres e que indivíduos com seis ou mais anos de estudo recebem mais, ou seja, acima da média da população rural em geral.

De forma resumida, conforme os dados apresentados, os três estados que formam a região Sul apresentam similaridades entre si no tocante ao perfil das pessoas pobres e extremamente pobres que recebem o benefício do PBF. A seguir, são apresentadas as informações sobre as condições de moradia e serviços públicos disponíveis nos domicílios dos beneficiários rurais do programa.

### 3.3 Características dos Domicílios das Famílias Rurais que recebem Bolsa Família

Com relação às condições de moradia, a Tabela 8 indica que, em 48,74% dos casos, o material predominante utilizado é a madeira aparelhada. No caso do Rio Grande do Sul, essa quantidade é menor do que nos outros estados (41,71%), sendo que a construção com alvenaria/tijolo sem revestimento é maior nesse estado (14,94%) do que no Paraná (6,78%) e Santa Catarina (6,11%).

Tabela 8 – Perfil percentual dos domicílios das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no meio rural, por material predominante nas paredes, nos estados do Sul (dez. 2014)

UF	Alvenaria / tijolo com revestimento	Alvenaria / tijolo sem revestimento	Madeira aparelhada	Taipa revestida	Taipa não revestida	Madeira aproveitada	Palha	Outro material	Sem resposta
PR	24,84	6,78	53,33	0,17	0,14	8,01	0,01	2,07	4,65
RS	26,91	14,94	41,71	0,18	0,09	10,51	0,02	0,65	5,01
SC	23,44	6,11	53,91	0,14	0,06	11,44	0,01	0,74	4,15
<b>Sul</b>	<b>25,45</b>	<b>9,96</b>	<b>48,74</b>	<b>0,17</b>	<b>0,11</b>	<b>9,57</b>	<b>0,02</b>	<b>1,28</b>	<b>4,71</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015).

Em relação ao material predominante no piso dos domicílios, a madeira aparelhada se destaca, correspondendo a 34,23% do total, seguida pela cerâmica, lajota ou pedra (24,97%). Ainda sobre esse aspecto, 4,28% dos domicílios têm a terra como material predominante (BRASIL, 2015).

No que diz respeito ao tipo de iluminação, em 77,19% dos casos é utilizada energia elétrica com medidor próprio. A energia elétrica com medidor comunitário e sem medidor somam 14,24% do total. Juntas, essas formas de acesso à energia resultam em mais de 90% dos casos (ver Tabela 9).

Tabela 9 – Perfil dos domicílios das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no meio rural, por tipo de iluminação, nos estados do Sul (dez. 2014)

UF	Total de famílias com PBF		Elétrica com medidor próprio		Elétrica com medidor comunitário		Elétrica sem medidor		Óleo, querosene ou gás		Vela		Outra forma		Sem resposta	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PR	62.564	71,27	13.399	15,26	3.527	4,02	938	1,07	1.648	1,88	1.631	1,86	4.078	4,65		
RS	66.350	81,51	5.365	6,59	3.008	3,70	443	0,54	1.155	1,42	1.010	1,24	4.075	5,01		
SC	26.875	82,34	2.015	6,17	1.485	4,55	78	0,24	403	1,23	429	1,31	1.355	4,15		
<b>Sul</b>	<b>155.789</b>	<b>77,19</b>	<b>20.779</b>	<b>10,30</b>	<b>8.020</b>	<b>3,97</b>	<b>1.459</b>	<b>0,72</b>	<b>3.206</b>	<b>1,59</b>	<b>3.070</b>	<b>1,52</b>	<b>9.508</b>	<b>4,71</b>		

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015).

A forma de abastecimento de água predominante é o poço ou nascente (66,34%), que é mais frequente em Santa Catarina (75,51%), em comparação com o Rio Grande do Sul (59,50%) e o Paraná (69,28%). Já a rede geral de distribuição de água está presente em 27,17% dos domicílios de beneficiários rurais do PBF, sendo a menor frequência em Santa Catarina (18%), conforme indicam os dados da Tabela 10.

Tabela 10 – Perfil dos domicílios das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no meio rural, por forma de abastecimento de água, nos estados do Sul (dez. 2014)

UF	Total de famílias PBF	Rede geral de distribuição		Poço ou nascente		Cisterna		Outra forma		Sem resposta	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PR	87.785	21.840	24,88	60.820	69,28	187	0,21	861	0,98	4.077	4,64
RS	81.406	27.120	33,31	48.439	59,50	252	0,31	1.520	1,87	4.075	5,01
SC	32.640	5.876	18,00	24.645	75,51	34	0,10	730	2,24	1.355	4,15
<b>Sul</b>	<b>201.831</b>	<b>54.836</b>	<b>27,17</b>	<b>133.904</b>	<b>66,34</b>	<b>473</b>	<b>0,23</b>	<b>3.111</b>	<b>1,54</b>	<b>9.507</b>	<b>4,71</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015).

As condições sanitárias das famílias pobres estudadas apresentam ainda sinais de precariedade. Para ilustrar esse argumento, a Tabela 11 mostra o perfil dos domicílios das famílias beneficiárias do PBF por existência de banheiro, indicando que na maioria dos casos esse item está presente, mas ainda 11,02% das famílias não contam com banheiro no domicílio.

Tabela 11 – Perfil dos domicílios das famílias beneficiárias do PBF no meio rural, por existência de banheiro, nos estados do Sul (dez. 2014)

UF	Total de famílias com PBF	Sim		Não		Sem resposta	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
PR	87.785	73.709	83,97	9.999	11,39	4.077	4,64
RS	81.406	68.130	83,69	9.201	11,30	4.075	5,01
SC	32.640	28.250	86,55	3.035	9,30	1.355	4,15
<b>Sul</b>	<b>201.831</b>	<b>170.089</b>	<b>84,27</b>	<b>22.235</b>	<b>11,02</b>	<b>9.507</b>	<b>4,71</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015).

A Tabela 12, por sua vez, se refere ao tipo de esgotamento sanitário dos domicílios, indicando que, em 53,87% dos casos, é usada a fossa rudimentar, seguida por fossa séptica, em 22,94% do total. O Paraná é o estado com maior uso de fossa rudimentar (61,31%) e com o menor uso de fossa séptica (17,07%). A rede coletora só é encontrada em 4,01% dos domicílios.

Tabela 12 – Perfil dos domicílios das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no meio rural, por tipo de esgotamento sanitário, nos estados do Sul (dez. 2014)

UF	Rede coletora de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala a céu aberto	Direto para um rio, lago ou mar	Outra forma	Sem resposta
PR	3,14	17,07	61,31	1,64	0,23	0,65	15,96
RS	5,52	28,42	46,10	2,71	0,20	0,86	16,18
SC	2,61	25,07	53,26	3,84	0,98	0,95	13,30
<b>Sul</b>	<b>4,01</b>	<b>22,94</b>	<b>53,87</b>	<b>2,42</b>	<b>0,34</b>	<b>0,78</b>	<b>15,62</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015).

As informações sobre o destino do lixo demonstram que, em 58,40% dos casos, na região Sul, ele é queimado ou enterrado na propriedade, valor que atinge 63,07% no Paraná. Já a coleta direta atinge 28,38% dos domicílios (BRASIL, 2015).

A análise das informações dos domicílios dos beneficiários do PBF no meio rural indica avanço em relação à infraestrutura disponível, como a luz elétrica, por exemplo, presente em 91,46% dos casos. No entanto demonstra, também, que o fornecimento de água tratada e de coleta de lixo ainda é insuficiente, uma vez que a rede geral de distribuição de água atinge apenas 27,17% dos beneficiários e em apenas 28,38% dos domicílios há coleta de lixo.

Além disso, as moradias são construídas principalmente de madeira e apenas 22,94% possuem fossa séptica. Embora a maioria disponha de banheiro, restam 11,02% dos domicílios sem esse item. Esse conjunto de informações indica, portanto, que é necessário melhorar as condições de moradia e a infraestrutura disponível aos pobres para elevar a qualidade de vida no meio rural, necessidade que a transferência de renda não é capaz de suprir por si só.

### 3.4 Faixa de Renda e Nível de Acesso dos Beneficiários Rurais ao Trabalho Remunerado

As famílias beneficiárias do PBF no meio rural que apresentam renda de até um salário mínimo são 91,20%, conforme a Tabela 13. Em segundo lugar, aparecem as famílias cuja renda está entre um e dois salários mínimos (8,37%) de renda total.

Tabela 13 – Perfil das famílias do Programa Bolsa Família no meio rural, por faixa de renda total, nos estados do Sul (dez. 2014)

UF	Total de famílias com PBF	Até um salário mínimo		Entre um e dois salários mínimos		Entre dois e três salários mínimos		Acima de três salários mínimos	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PR	87.785	79.682	90,77	7.729	8,80	363	0,41	11	0,01
RS	81.406	75.572	92,83	5.588	6,86	233	0,29	13	0,02
SC	32.640	28.819	88,29	3.573	10,95	231	0,71	17	0,05
<b>Sul</b>	<b>201.831</b>	<b>184.073</b>	<b>91,20</b>	<b>16.890</b>	<b>8,37</b>	<b>827</b>	<b>0,41</b>	<b>41</b>	<b>0,02</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015).

Dessa maneira, chama a atenção o elevado grau de pobreza das famílias, mesmo com o suplemento de renda promovido pelo PBF, mas que é condizente com os critérios de elegibilidade do programa, uma vez que a linha de corte está fixada em R\$ 154,00 por pessoa.

Já no que se refere à renda *per capita* das famílias, vale registrar que 54,45% vivem em situação de pobreza extrema (com renda de até R\$ 77,00) e 30,57% estão em situação de pobreza, conforme definido pelo PBF. Ainda, 14,98% dos beneficiários rurais obtêm rendas na faixa de R\$ 154,00 até meio salário mínimo (BRASIL, 2015).

De forma complementar, a Tabela 14 apresenta a composição da renda *per capita* das pessoas que recebem o PBF no meio rural. Segundo os dados, a distribuição das pessoas é similar à das famílias, sendo que 52,54% recebem até R\$ 77,00 e 32,53% entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00. Da mesma forma, 14,93% das pessoas apresentam renda *per capita* entre R\$ 154,01 e meio salário mínimo.

Tabela 14 – Perfil das pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família no meio rural, por faixa de renda per capita, nos estados do Sul (dez. 2014)

UF	Total de pessoas com PBF	Até R\$ 77,00		Entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00		Entre R\$ 154,01 e meio salário mínimo		Acima de meio salário mínimo	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PR	329.823	160.713	48,73	117.326	35,57	51.784	15,70	0	0,00
RS	284.720	168.076	59,03	78.748	27,66	37.896	13,31	0	0,00
SC	127.347	60.979	47,88	45.263	35,54	21.105	16,57	0	0,00
<b>Sul</b>	<b>741.890</b>	<b>389.768</b>	<b>52,54</b>	<b>241.337</b>	<b>32,53</b>	<b>110.785</b>	<b>14,93</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015).

Outro dado que retrata a situação de pobreza do público analisado é o baixo acesso ao mercado de trabalho. Conforme a Tabela 15, do total de beneficiários

do PBF no meio rural, 25,52% haviam realizado trabalho remunerado nos últimos 12 meses e 47,69% não haviam exercido trabalho remunerado. Ainda, 26,79% não responderam essa pergunta, o que pode sinalizar crianças ou idosos que recebem o benefício.

Tabela 15 – Perfil das pessoas do Programa Bolsa Família no meio rural, por trabalho remunerado nos últimos 12 meses, nos estados do Sul (dez. 2014)

UF	Total de pessoas com PBF	Sim		Não		Sem resposta	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
PR	329.823	80.487	24,40	161.237	48,89	88.099	26,71
RS	284.720	76.356	26,82	134.557	47,26	73.807	25,92
SC	127.347	32.493	25,52	57.983	45,53	36.871	28,95
<b>Sul</b>	<b>741.890</b>	<b>189.336</b>	<b>25,52</b>	<b>353.777</b>	<b>47,69</b>	<b>198.777</b>	<b>26,79</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2015).

A partir das informações sobre trabalho e renda, pode-se notar que grande parte dos beneficiários não havia realizado trabalho remunerado nos últimos 12 meses, o que prejudica a melhoria das condições de vida. Há também uma quantidade relevante de pessoas que não responderam essa questão (26,79%). É possível que parte dos que compõem o grupo “sem resposta” e dos que não realizaram trabalhos remunerados estejam fora da idade economicamente ativa, devido à grande quantidade de crianças entre os beneficiários do PBF, informação que os dados apresentados não permitem confirmar.

## 4 Considerações Finais

O PBF foi elaborado tendo como principal objetivo amenizar alguns problemas crônicos do país, tais como a pobreza, a desigualdade de renda e a fome. No entanto, os resultados verificados durante o período mais recente demonstram que o PBF, mais do que simplesmente atingir esses objetivos, conseguiu avançar ainda em questões como a mobilidade social e, em alguns aspectos, na própria promoção da cidadania, especialmente a partir de suas condicionalidades que induziram os beneficiários a acessarem alguns direitos sociais.

Historicamente, a região Sul do país tem permanecido entre aquelas com os melhores resultados no que tange a indicadores sociais e econômicos, realidade essa que, apesar de confirmada nesta pesquisa, não pode deixar passar despercebido que ainda há uma parcela muito significativa de sua população, especialmente no meio rural, que ainda vive em situação de grande precariedade.

Nesse sentido, ressalta-se a relevância dos dados apresentados, bem como a necessidade de um maior aprofundamento em trabalhos futuros, pois se os números absolutos têm levado muitos pesquisadores a investigarem a população urbana

que acessa o PBF, raras têm sido as pesquisas que estudam os beneficiários rurais, proporcionalmente muito significativos.

Entre as dimensões verificadas neste artigo, percebe-se que, apesar de alguns avanços, como no fornecimento de energia elétrica, persistem dificuldades estruturais do meio rural, tais como aquelas ligadas ao acesso à água e ao destino correto do lixo, bem como, de forma geral, é necessário melhorar as condições de moradia dos beneficiários rurais do PBF.

Em relação às dimensões de trabalho e renda, indissociavelmente ligadas à perspectiva emancipatória do PBF, alguns dados merecem destaque: em primeiro lugar, no que concerne ao papel da previdência rural, que se confirma como uma espécie de seguro contra a pobreza, visto que os idosos constituem o grupo que menos acessa o PBF; por outro lado, chamam a atenção as informações relativas à escolaridade dos beneficiários, bastante baixa, e o percentual que não exerceu atividades remuneradas nos últimos 12 meses, indicando que a inserção desse público no mercado de trabalho é bastante precária.

Dessa forma, destaca-se a necessidade de políticas de inclusão produtiva associadas ao PBF que permitam viabilizar a permanência dessa população no meio rural, visto que, por sua baixa escolaridade, possui poucas possibilidades de inclusão no mercado de trabalho urbano, sendo que, quando isso ocorre, normalmente é em ocupações informais e de baixa remuneração. Ao mesmo tempo, estando no meio rural, esses beneficiários desfrutam, na maioria dos casos, de espaços em suas propriedades nos quais cultivam alguns produtos para autoconsumo e, por vezes, os comercializam diretamente para os consumidores, atividades que garantem o acesso aos alimentos e a alguns rendimentos.

Portanto, fica evidente que o PBF tem apresentado resultados bastante positivos, tanto no que tange a seus objetivos iniciais, quanto no que concerne a seu impacto em outros setores, tal como quando se verifica a ascensão social das famílias beneficiárias. No entanto, o que os dados relativos ao Sul do país demonstram é que, apesar da ampla cobertura e dos resultados positivos, o PBF ainda carece de uma atuação mais incisiva na promoção da emancipação das famílias, via integração com outras ações governamentais, dado que boa parte dos beneficiários rurais ainda é muito dependente da transferência de renda e não possui as capacidades exigidas para superar a situação de pobreza em que vivem.

## Referências

BARUFI, A. M. B. Onde estamos, para onde vamos? Mobilidade social no Brasil na última década e perspectivas para os próximos anos. In: *Conjuntura Macroeconômica Semanal*, Bradesco, Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos, p. 2-7, 20 abr. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Executiva da Caisan. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. *Balço das ações do*

plano nacional de segurança alimentar e nutricional: Plansan 2012/2015. Brasília, DF: MDS, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tabulador de Informações do CadÚnico*: tabulador com duas variáveis (famílias e pessoas); CadÚnico V7 Dezembro 2014. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador\\_tabcad.php](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador_tabcad.php)>. Acesso em: 04 mar. 2015.

CASTRO, J. A. *et al.* Gastos com a política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. *Comunicados do IPEA*, Brasília, DF, n. 75, 03 fev. 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110203\\_comunicadoipea75.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110203_comunicadoipea75.pdf)>. Acesso em 15 mar. 2012.

DUARTE, G. B.; SAMPAIO, B.; SAMPAIO, Y. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, SP, v. 47, n. 4, p. 903-918, out./dez. 2009.

FAVERO, C. A. Políticas públicas e reestruturação de redes de sociabilidades na agricultura familiar. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 63, p. 609-626, 2011.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. *Censo Demográfico 2010*: população residente por situação do domicílio (total, rural e urbana). Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/Tabela/listabl.asp?z=t&c=1378>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. *Comunicados do IPEA*, Brasília, DF, n. 155, 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=15593](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15593)>. Acesso em 04 jul. 2014.

IPEADATA. *Dados do programa Bolsa Família*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 18 jan. 2014.

KERSTENETZKY, C. L. Welfare state e desenvolvimento. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 53-83, 2009.

NERI, M. *et al.* Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE. *Comunicados do IPEA*, Brasília, DF, n. 159, 01 out. 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001\\_comunicado159.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicado159.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. [s.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

RABELO, M. M. *O programa bolsa família e o cadastro único em Porto Alegre*: institucionalidade e perfil dos beneficiários. Porto Alegre: FEE, 2011. (Texto para Discussão, n. 93).

RÜCKERT, I. N.; BORSATTO, M. L. Os programas de transferência de renda no RS. Porto Alegre: FEE, 2009. (Texto para Discussão, n. 70).

SANTOS, G. *et al.* Mercado de trabalho e rendimento no meio rural Brasileiro. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 3, p. 355-379, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502010000300005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502010000300005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 23 dez. 2013.

WEISSHEIMER, M. A. *Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

Recebido em: 26/12/2016.

Aceito em: 28/12/2016.